Universidades Lusíada

Freitas, Maria João

Desafios para a gestão da água no século XXI

http://hdl.handle.net/11067/6010
https://doi.org/10.34628/bmdy-bj65

Metadados

Data de Publicação 2019

Resumo Em abril quando me abalancei no desafio de desenvolver um racional sobre a gestão da água no século XXI na perspetiva das Ciências Sociais, no âmbito de um Seminário sobre a Água e as Relações Internacionais, uma das ideias que emergiu imediatamente foi o papel político absolutamente crucial que a gestão deste recurso assumia para dois dos grandes desafios globais que neste século se encontram em cima da mesa para a humanidade. Por um lado, e de forma quase óbvia, o Desafio Ambiental e todos os ...

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LPIS, n. 17-18 (2019)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T08:27:15Z com informação proveniente do Repositório

DESAFIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA NO SÉCULO XXI

Maria João Freitas
Socióloga, PHD
Investigadora no LNEC
mjfreitas@lnec.pt

Palestra proferida na conferência:
"A Água e as Relações Internacionais", realizada na Universidade Lusíada – Norte (Porto)
11 de abril de 2018

Em abril quando me abalancei no desafio de desenvolver um racional sobre a gestão da água no século XXI na perspetiva das Ciências Sociais, no âmbito de um Seminário sobre a Água e as Relações Internacionais, uma das ideias que emergiu imediatamente foi o *papel político absolutamente crucial* que a gestão deste recurso assumia para dois dos grandes desafios globais que neste século se encontram em cima da mesa para a humanidade. Por um lado, e de forma quase óbvia, o *Desafio Ambiental* e todos os impactes que este aporta em termos de alterações climáticas para a gestão deste recurso, a exigir abordagens holísticas, genialidade e vontades transnacionais comprometidadas em inovar abordagens e soluções. Por outro, embora (infelizmente!) de forma menos óbvia e menos assumida, o *Desafio Societal* no que este instiga ao envolvimento e implicação de múltipos atores para ações de natureza colaborativa num contínuo de diálogos e interdependências relevantes à sua abordagem - desde o nível mais micro e individual (na configuração de hábitos e quotidianos) a níveis mais globais (na configuração de decisões estratégicas e sistemas de governação e governança bem mais complexos).

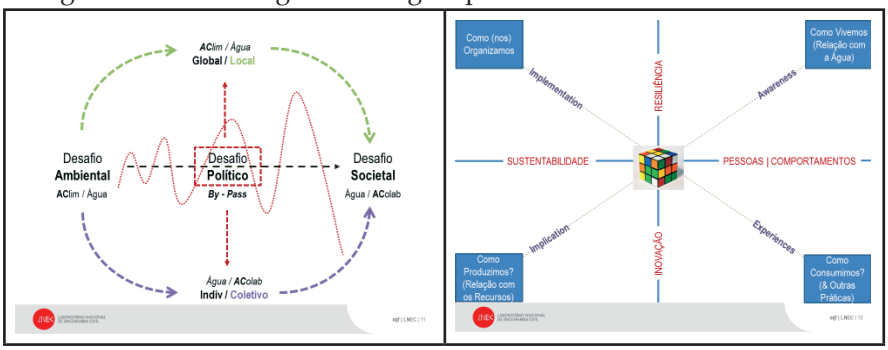
Neste cenário de inscrições ficava claro que a Água, em todo o seu sistema, não poderia, assim, ser entendida apenas como um recurso/objeto de gestão como outro qualquer, passando a ganhar relevância o seu entendimento enquanto recurso/instrumento de atenção e intervenção coletiva! Por isso mesmo, incontornavelmente, a Água e o seu sistema apresentava-se como recurso/objeto/instrumento de natureza coletiva e política, no seu sentido mais lato e amplo, ao suscitar inquietações e clarificações sobre como - enquanto humanidade e sociedades - vivemos a relação com a Água (nas forma como a respeitamos, consumimos e produzimos) e sobre como nos queremos organizar (em posses excludentes ou sistemas de governancia, de partilhas de responsabilidade e co-produção de poderes) em torno deste elemento de básica sobrevivência coletiva.

Ficava igualmente claro que o grande desafio à gestão da Água para o século XXI começava, então, desde logo aqui: a capacidade e vontade de assumir a sua centralidade de natureza política de by-pass instrumental, pelas consequências e implicações societárias, ambientais e éticas que acarreta à cabeça, mesmo na escolha das baterias conceptuais a accionar na análise de contextos ou de desenvolvimento da inovação tecnológica que possa suscitar na busca de caminhos e soluções.

No sentido de explorar esta premissa, ainda que como mero exercício refle-

xivo, rapidamente nos damos conta igualmente que este exige disponibilidade para imergir em territórios e campos de referência bastante irrequietos, turbulentos, complexos e sobretudo exigentes de aventuras de reflexividade crítica nem sempre lineares ou apaziguadoras, em busca que caminhos que permitam, no entanto, encontrar respostas e soluções concretas de abraço aos seus desafios (cf Figura 1).

Figura 1: Desafios à gestão da água: percursos de natureza não linear



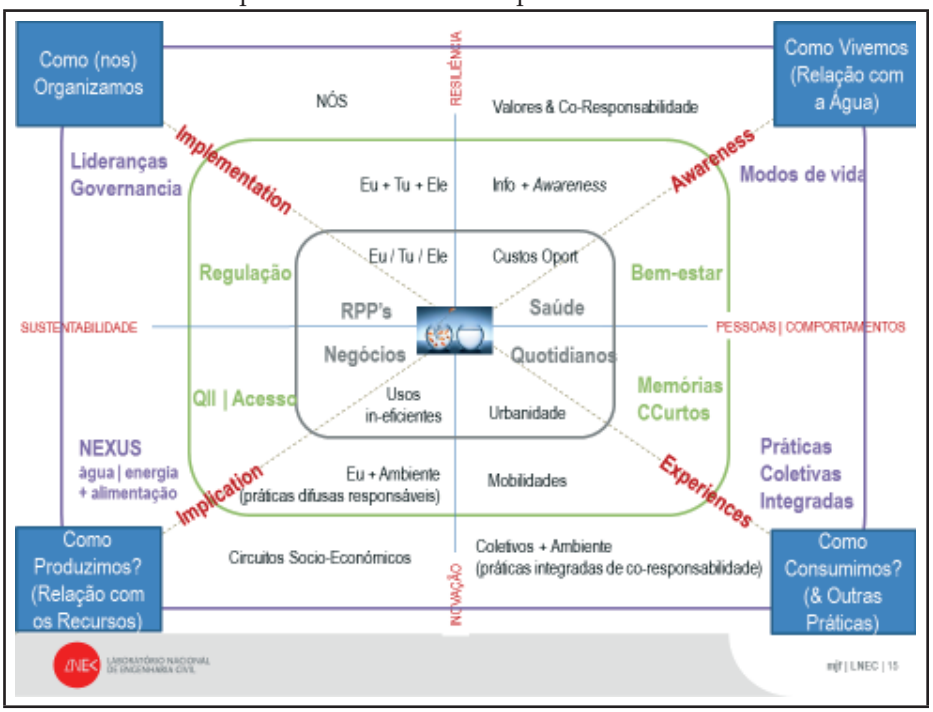
Desde logo, implica desbravar territórios como todo o universo associado às "pessoas" e às suas práticas e comportamentos, mas também os relacionados com a "resiliência" coletiva, "sustentabilidade" dos sistemas e/ou ainda o território da própria "inovação", no que todos estes implicam de oportunidades transformadoras e de relação com eventuais mudanças a suscitar. Mas também, e consequentemente, implica considerar que a entrada nestes territórios, para além das suas especificidades mais conceptuais, acciona dimensões de natureza mais operativa tais como os campos de desenvolvimento de tomada de consciência dos desafios que lhe são inerentes (*awareness & perceptions*) e de experiência vivida (proximidades afetivas ou de quotidiano com os desafios e/ou suas consequências) susceptiveis de mobilizarem disponibilidades e vontades (*implication*) para o desenvolvimento de ações concretas aos mais variados níveis de atuação implicados nestes processos (*implementation*).

Assim por exemplo (cf Figura 2), na abordagem da relação com a Água, pelo prisma das "pessoas" e da "resiliência colectiva", questões relacionadas com a Saúde, Bem-Estar e Modos de Vida costumam ser accionadas, remetendo respetivamente para debates por vezes distintos nos racionais a considerar na sua gestão. Se relativamente à Saúde o debate se costuma centrar sobretudo em custos de oportunidade que a abordagem da Água aporta a esta dimensão, já quando se o enquadra em questões de Bem-Estar, é o acesso a informação e a amplitude de tomada de consciência da relevância da Água que, nesta dimensão, ganha

maior protagonismo como fator diferenciador de uma relação mais consequente com este recurso. Por sua vez, ao alargar-se o debate relativamente aos Modos de Vida mais ou menos favoráveis a uma relação responsável com a Água - no que estes podem viabilizar de uma vida mais saudável e de bem-estar generalizado – dimensões relacionadas com os valores predominantes à sua configuração e com a co-responsabilização coletiva ganham ribalta e relevância diferenciadora na abordagem a adoptar.

Por sua vez, ainda sob a alçada do prisma das "pessoas", mas quando perspetivada pela forma como os consumos da Água e outras práticas a ele associadas se podem configurar na relação com as transformações e inovação emergente nas sociedades contemporâneas, já são questões de outra natureza que são suscetíveis de fazer emergir outros desafios e/ou fatores de diferenciação. Aqui, por exemplo, o debate dos quotidianos acaba por ser sempre marcado pela tendência generalizada de afirmação de processos de urbanidade e pela diferença da sua intensiddade e pressão nos mais diversos contextos na configuração da relação e acesso ao recurso da Água. Porém, a dimensão de mobilidade associada a estes processos já mais frequentemente acciona questões relacionadas com as identidades (memórias) e dimensão dos circuitos a considerar na relação e acesso a este recurso, como é o caso da discussão cada vez mais incisiva em torno dos circuitos curtos e/ou da afirmação de abordagens de economia circular através de práticas coletivas integradas de co-responsabilidade social e ambiental.

Figura 2: Desafios à gestão da água:
multiplicidade de territórios potenciais de debate



Continuando esta incursão pela forma como pode ser lida esta relação com este e outros recursos através dos seus sistemas produtivos, também aqui o seu debate nos traz reconfigurações de perspetivas que vão desde o entendimento da atividade produtiva em torno dos serviços e dos sistemas da água como mero negócio com preocupações de (in)eficiência, podendo passar por preocupações de práticas mais ou menos difusas de responsabilidade corporativa e social com a qualidade de serviço e/ou garantias de equidade no fornecimento e acesso a este bem de natureza coletiva, ou ainda pelo estabelecimento de nexus de natureza mais sistémica e sustentável entre diferentes recursos (i.e água, energia, alimentação) na configuração dos circuítos sócio-económicos ou inovações de natureza tecnológica ou organizacional a promover.

Ainda, pelo prisma da sustentabilidade e promoção de resiliência adaptativa a cenários de turbulência e incerteza relativamente a este recurso - no que estes accionam de debate sobre a forma como nos podemos e/ou devemos organizar na sua preservação, através das relações a promover e estabelecer entre dimensões de foro mais privado e/ou público entre os diversos atores a envolver neste processo - também aqui o debate se tem diferenciado e aportado dimensões e

exigências com implicações e consequências distintas, mesmo do ponto de vista ético e ideológico. Efetivamente neste quadrante de discussão o que configura o seu debate são as várias assumpções sobre qual o papel expectável e a desenvolver por cada ator (públicos e privados; individuais e organizados) sobre as questões da Água e as formas de compromisso (que não se podem restringir a formas de consenso!) e organização (governação e governância) a promover e adoptar em melhor garantia da preservação e optimização deste recurso/objeto/instrumento de atenção e intervenção coletivas.

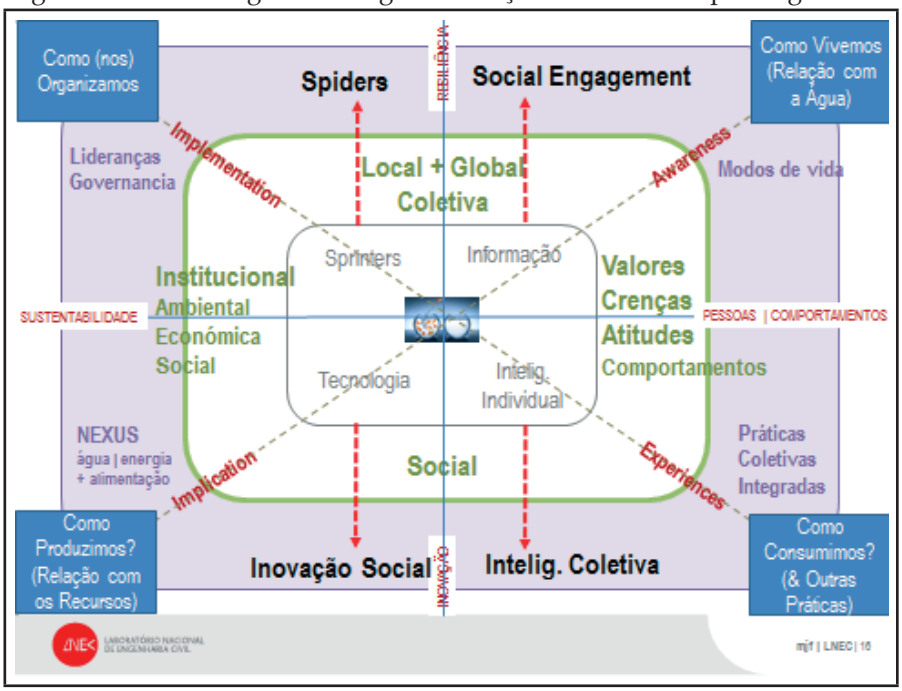
Considerando que este debate será o que mais poderá implicar directamente nas condições e opções de implementação de medidas e soluções aportadas pelos restantes debates, e para a assumpção da dimensão política dos desafios que se colocam à gestão da Água aos diferentes níveis (nacionais e internacionais), importará determo-nos nalgumas das suas particularidades com maior atenção.

Assumindo-se a Água como um recurso/objecto/instrumento de interesse público, co-responsabilização, ação coletiva e de dimensão política ampla, ganha evidência que - à semelhança de outros debates congéneres - este não se pode restringir apenas ao tipo de formalizações e soluções contratuais, de natureza mais ou menos variável, entre atores públicos e privados (RPP), nem tãopouco à exaustividade e/ou flexibilidade, mais ou menos conseguidas, de mecanismos de regulação pública sobre o setor, por mais que estas dimensões sejam relevantes.

Efetivamente o grande desafio neste quadrante é o da vontade e disponibilidade dos diversos atores - e nomeadamente dos atores públicos nacionais e internacionais - para desenvolverem (i) lideranças facilitadoras de dinâmicas colectivas e implicadas; (ii) para estabelecer Compromissos de alavancagem de "inteligência colectiva" (ou seja que não se restrinjam apenas a consensos de mínimos denomidadores comuns!); e (iii) para criarem experiências (positivas, de viabilidade e passíveis reconhecimento de autoridade) de governancia colaborativa multinível. Ou seja, a disponibilidade para se conjugar a acção na primeira pessoa do plural ("Nós") e disponibilidades para a co-produção de novos poderes, em abandono progressivo de outras conjugações ("eu" vs "tu" vs "ele") mutuamente excludentes e/ou muito mais condicionadas por lógicas de somas nulas de partilhas de poderes instituídos.

Face à natureza e diversidade destes desafios torna-se também evidente que a gestão da Água para além de assumir um papel político crucial e "sintético" no que dela se pode esperar de contributo para aspectos fundamentais de desenvolvimento humano, societário, ambiental e tecnológico, apresenta também contornos de "problema complexo" a ser abordado enquanto tal, convidando a eventuais alterações paradigmáticas com implicações significativas ao enquadramento dos seus desafios e das suas implicações operativas e operacionais (cf Figura 3).

Figura 3: Desafios à gestão da água: transição de territórios paradigmáticos



No prosseguimento deste raciocínio, quer a natureza coletiva da gestão da Água quer a sua pressão para uma abordagem multi-nível que combine simultaneamente escalas locais e globais exige, por exemplo, que se construa e percorra todo um caminho entre produção de informação e a sua transformação em alianças de conhecimento efetivos suscepriveis de envolver e comprometer (social e colectivamente) todos os atores sociais numa relação mais implicada com este recurso/objeto/instrumento, e passível de ser traduzível em ações efetivas e consequentes.

E este percurso não poderá dar-se por certo nem como um percurso espontâneo! Consequentemente, na condução dessas iniciativas e da sua gestão, para além de "*sprinters*" alavancados por orientações de autonomia e independências na configuração das suas ações, serão sobretudo necessários "*spiders*" com competências para estabelecer e desenvolver "inter-dependências", mediação de conflitos e facilitação de "Nós" em compromissos de vontades capazes de acolher e promover porfolios de ações mais plurais e robustas. Também esta exigência acaba por implicar disponibilidades e competências que não se restringem aos tradicionais enquadramentos e requisitos formativos técnico-científicos e que apelam a outro tipo de disponibilidades e competências de natureza mais relacional e psico-social, senão mesmo emocionais, em arrepio das hegemonias racionais normalmente instituídas nestas matérias.

A dimensão social da gestão da água ganha ainda contornos desafiadores ao seu enquadramento paradigmático e operativo ao suscitar uma inteligência coletiva que não se restringe a somatórios de competências e inteligências individuais ou corporativas a implementar no sector. Também, pressiona a tecnologia e os seus processos de inovação com ambições de potencial transformador equitativo e justo, susceptiveis de interferirem e garantirem flexibilidade e uma maior robustez e amenidade aos vários sistemas organizacionais e sociais em presença, do foro da inovação social. Ou seja, desafia disponibilidades e competências adaptativas, transformadoras e abertas à incerteza e mudança, e não apenas soluções configuradas por padrões de "controle" ou "proteção" face aos riscos e novidades que estes processos incorporam.

Todas estas pressões e desafios sobre os pilares inicialmente seleccionados para esta reflexão (o das "pessoas", da inovação, da sustentabilidade e da resiliência) acabam por (re?)localizar e (re?)perspetivar os debates dos territórios e dimensões accionados no campo dos "Valores", "Crenças" e "Atitudes" (no que deles depende a configuração dos comportamentos a promover e/ou transformar) e no campo "Institucional" (no que este pode traduzir e/ou nele se podem jogar os desafios de natureza económica. social e ambiental em presença). Estes dois campos emergem assim como fundamentais e cruciais à abordagem da Água (enquanto recurso/objeto e instrumento de ação coletiva), à sua gestão (na configuração do entendimento do seu papel político de caráter transversal, sistémico e "sintético"), e por maioria de razão, na (re?)configuração do seu potencial diferenciador e distintivo na abordagens das Relações Internacionais que a venham a assumir como mote da sua ação.

Obviamente que abraçar estes desafios na adopção destes entendimentos apresenta-se como uma tarefa quase hercúlea, porque altamente dependente da conjugação de vontades, disponibilidades e esforços de natureza, tempos e níveis de acção bastante diversos, senão mesmo amiúde conflituantes. Também, encetar estes abraços suscita desbravar novos territórios e soluções relacionais e de regulação social, em convite de iniciativas de natureza experimental antes de eventualmente se poder sequer ambicionar à sua generalização, e, sobretudo, resiliências a eventuais frustrações e/ou fracassos que estes processos possam igualmente aportar.

A questão é se a defesa e preservação do sistema deste recurso/objecto/instrumento – a Água – pode esperar mais tempo por este "abraço colectivo", por outras oportunidades mais favoráveis para encetar estes hercúleos caminhos, por retardar (ainda mais!) tudo o que com certeza ainda teremos de aprofundar e aprender nestes percursos e nestes abraços. Concluiria apenas deixando aqui um desabafo: só espero que não seja já tarde demais!

Data de envio / Submission date: 27-06-2018
Data de aceitação / Acceptance date: 13-11-2018